

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

27

Curso C-PEM/85

Partido.....

Solução do P-III-7 (EN) ENSAIO

Apresentada por

WILSON DOS SANTOSCAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA (IM)NOME E POSTO**RIO DE JANEIRO**

85

19.....

Ed: 103643



-INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO-

WILSON DOS SANTOS
Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

-1985-

MM - EGN
BIBLIOTECA
25/04/1986
N: 124

GN-00000734-5

EX: 103643

-INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO-

WILSON DOS SANTOS
Capitão-de-Mar-e-Guerra (IN)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA MAR

-INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO-

Analisar as principais características do processo de industrialização do Brasil, como fator de desenvolvimento, e seus reflexos nos dias de hoje, considerando que o crescimento econômico verificado nas últimas décadas não compatibilizou o crescimento, razoavelmente harmonioso, dos setores industrial e agro-pecuário, agravando os desequilíbrios regionais.



ÍNDICE

	FOLHA
Proposição.....	II
Introdução.....	IV
O INÍCIO DO PROCESSO.....	1
OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS.....	2
O PÓS-GUERRA.....	4
A PRESENÇA DO ESTADO.....	5
O CAPITAL ESTRANGEIRO.....	8
CONCLUSÃO.....	9
BIBLIOGRAFIA.....	A-1

INTRODUÇÃO

O processo de difusão da civilização industrial irradiou-se para todo o mundo, a partir de suas primeiras manifestações, durante a Revolução Industrial surgida na Inglaterra, em meados do século XVIII, que proporcionou um acúmulo de riquezas jamais visto.

Como consequência, ela inaugurou um novo período da história universal, reforçando a interdependência nas relações econômicas, políticas e sociais a nível mundial, em que pese o choque de conflitos que o processo de modernização da sociedade provocou com estruturas e mentalidades tradicionais.

Assim, é que, a Revolução Industrial irradiou-se, basicamente, através de três ondas modernizadoras, que provocaram marcantes surtos de desenvolvimento econômico em diversas regiões do mundo.

A primeira, atingiu alguns países do continente europeu ocidental, ainda no final do século XVIII e início do século XIX. A segunda onda espalhou-se por grande parte da Europa, pela América do Norte e pelo Japão, já na metade do século XIX e início do século XX. A terceira, finalmente, irradiou-se a partir da Segunda Guerra Mundial para o restante da Europa, América Latina, Ásia e parte da África, atingindo países como Espanha, Brasil, México, Índia, Israel, Coreia, China e outros.

O processo de modernização gerou, ao longo de sua história, uma clara distinção entre países centrais e países periféricos, tendo os primeiros chegado antes a uma sociedade moderna, enquanto que os demais tornaram-se "dependentes" das irradiações do processo vindas do centro.

O processo de desenvolvimento no Brasil — escopo do presente trabalho — a exemplo de dezenas de países espalha-

dos pela América Latina, Ásia, Oriente Médio e África, que o viveram a partir dos anos 50, não se constituiu em uma réplica das primeiras ondas modernizadoras dos séculos passados. Duas características próprias o distinguem: a presença do Estado e do capital estrangeiro. (6:7)

A intensidade e o desequilíbrio da modernização, porém, têm produzido, nas últimas décadas, profundas transformações na economia, na sociedade e no sistema político brasileiro.

Assim, em face da evolução histórica e dos fatores considerados, o presente trabalho se propõe a analisar as principais características do processo de industrialização do Brasil, como fator de desenvolvimento, e seus reflexos nos dias de hoje, levando em conta que o crescimento econômico verificado nas últimas décadas não compatibilizou o crescimento, razoavelmente harmonioso, dos setores industrial e agro-pecuário, agravando os desequilíbrios regionais.

O INÍCIO DO PROCESSO

Nos primeiros anos da república, foi adquirindo autoridade cada vez maior uma escola de pensamento favorável à industrialização do País. Proclamava ela que o Brasil precisava completar sua independência política, conquistando a independência econômica, e que esta só seria alcançada com a criação de novas indústrias, cuja produção substituísse grande número de produtos importados.

O advento da Primeira Grande Guerra representou uma grande oportunidade para as nascentes indústrias brasileiras. A interrupção das importações eliminou a competição estrangeira, e muitas novas indústrias foram instaladas para preencher o hiato provocado, e mesmo para suprir mercados externos. Os setores que mais cresceram foram o da indústria alimentar e o têxtil.

O surto ocorrido durante a guerra, entretanto, foi de pouca valia para o desenvolvimento da indústria pesada, fazendo com que a atividade industrial continuasse a depender, amplamente, da importação de máquinas e de peças de reposição.

Por outro lado, produtos estrangeiros como tecidos, perfumes, louças, porcelanas e cristais, e mesmo certos gêneros alimentícios, chegavam ao mercado brasileiro a preços muito inferiores aos bens produzidos no País.

Do mesmo modo que a Primeira Guerra, a Segunda Guerra Mundial, também, representou um estímulo ao processo ulterior de industrialização do País, tendo em vista a redução das importações durante o conflito.

Nesse período, a expansão mais notável, porém, ocorreu na indústria têxtil, que passou a exportar seus produtos para outros países latino-americanos e, até mesmo, para algu-

mas nações africanas. As indústrias metalúrgicas e de máquinas, por seu turno, expandiram-se em São Paulo e, logo após o final da guerra, entrou em funcionamento, em 1946, a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, que abriu caminho para novas e importantes etapas do processo de desenvolvimento econômico do Brasil, no setor industrial.

Como podemos depreender, o processo de industrialização que se verificou antes da Segunda Guerra Mundial não pode ser creditado a políticas governamentais conscientemente adotadas para estimular as atividades industriais. Foi, antes, um efeito de circunstâncias externas, como a interrupção dos fornecimentos, conforme ocorrera por ocasião da Primeira Guerra.

OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

Para se compreender melhor os desequilíbrios regionais verificados no Brasil, é preciso conhecer as razões que levaram, prioritariamente, à industrialização da região Sul que, salvo melhor juízo, muito tem a ver com o esforço de guerra desenvolvido pelo País que, de certo modo, veio orientar a direção do crescimento da economia, com vistas ao suprimento dos mercados aliados.

Por essa razão, em 1942, visitou o Brasil a "Missão Cooke," constituída de técnicos americanos, e patrocinada pelos governos dos dois países. Sua origem fora o ingresso de ambos os países na guerra, e seu objetivo era avaliar a contribuição que o Brasil poderia dar ao esforço de guerra dos aliados, o que implicava, naturalmente, um reexame profundo da estrutura da nossa economia, com vistas a influenciar a direção de seu crescimento. (1:26)

A "Missão Cooke" analisou a economia do País, buscando estabelecer um programa de ação para o desenvolvimento. A análise procurou se fixar nos problemas regionais, abrangendo

o Nordeste, o Centro-Norte e o Sul, sendo esta, segundo a conclusão da Missão, a região onde deveria ser concentrado o esforço principal do desenvolvimento, por reunir as melhores condições para um rápido crescimento econômico, o que deve-ria, posteriormente, difundir-se para as demais regiões.

Os principais óbices, porém, detectados pela referida Missão diziam respeito, entre outros, ao inadequado sistema de transportes, ao atrasado sistema existente para a distribuição de combustíveis, à falta de recursos para investimentos industriais, às restrições ao capital estrangeiro, às limitações à imigração, às instalações inadequadas para produzir energia elétrica, etc.

Assim, a "Missão Cooke" elegeu a região Sul como a que reunia as melhores condições para a instalação de muitas indústrias, tendo sugerido, como ponto de partida, a instalação de uma siderúrgica de porte, que seria a base para a criação da indústria produtora de bens de capital. Recomendou, também, o desenvolvimento das indústrias de madeira e papel, considerando que o Brasil só produzia vinte e cinco por cento das suas necessidades de consumo, assim como o desenvolvimento da indústria têxtil, visando à exportação dos seus produutos.

Para a implementação das sugestões apresentadas, a tarefa básica deveria caber à iniciativa privada. Para tanto, indicou a necessidade de criação de um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial, com a finalidade de planejar a produção, assessorando tecnicamente as empresas para o aumento da sua eficiência, a padronização dos métodos de operação das fábricas e a fixação de critérios para a sua instalação.

Finalmente, com a finalidade de proporcionar crédito à indústria, recomendou a criação de um Banco de Desenvolvimento, o que só veio a ocorrer dez anos depois.

Como vimos, possivelmente, a explicação para os desequilíbrios regionais verificados no Brasil, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, tiveram sua origem no relatório da "Missão Cooke", que deu grande ênfase ao desenvolvimento da região Sul, onde se verificou um acelerado surto industrial nos anos 50, levando o governo a negligenciar o desenvolvimento do setor agro-pecuário.

O PÓS-GUERRA

A causa básica do esforço de industrialização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi uma decidida política do governo de modificar, drasticamente, a estrutura da economia brasileira, devido à retração do mercado mundial de matérias-primas.

Para tanto, contribuiu a política cambial adotada pelo governo, utilizada como o principal instrumento para enfrentar as dificuldades do balanço de pagamentos, tendo, também, se transformado em um dos dispositivos básicos para estimular o grande surto de criação de indústrias substitutivas de importação, ocorrido na década de 50 e nos primeiros anos da de 60, após o que o País experimentaria um período de estagnação, somente retomando o desenvolvimento nos anos 70, com o "milagre brasileiro" apresentando altas taxas de crescimento econômico.

Nesse período, a política de desenvolvimento favoreceu o ingresso de capital estrangeiro, propiciando os estímulos necessários para a instalação de novas indústrias, para o que contribuiu, também, a proteção tarifária concedida aos bens produzidos no País, conhecida como a "Lei dos Similares".

Os resultados de tal política podem ser avaliados pelo impulso que teve a indústria de base, onde apresentaram significativos índices de crescimento os setores de siderurgia,



alumínio, cimento, celulose, automobilístico, construção naval, mecânica pesada e químico.

O Brasil experimentou, assim, no pós-guerra, um significativo surto de progresso. Em grande parte, devem ser creditadas à política de industrialização as elevadas taxas de crescimento real assinaladas pela economia brasileira, especialmente na década de 50, com a conseqüente elevação da renda "per capita" que, nas três últimas décadas passou de 160 dólares para 2.100 dólares. (3:18)

Em contrapartida, os índices verificados foram acompanhados por altas taxas de inflação. Tal situação fez com que o crescimento alcançado pela economia não se refletisse nas condições de conforto e bem-estar social da maioria da população, principalmente das regiões menos desenvolvidas.

Assim, nos dias de hoje, o combate à inflação passou a ser a meta prioritária do governo, com a conseqüente perda do salário real das classes trabalhadoras, levando-as a reivindicar uma melhor distribuição de renda. Tal pretensão é, portanto, por demais justa, considerando que, tendo sido elas as verdadeiras construtoras do progresso, foram as menos beneficiadas.

A PRESENÇA DO ESTADO

Como vimos, o longo período de estagnação da economia brasileira levou os governos do pós-guerra a elaborarem ambiciosos planos de desenvolvimento, visando a recuperar o seu atraso.

O Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) foi a primeira tentativa de planejamento realizada pelo governo brasileiro depois da guerra, com vistas a dar suporte ao desenvolvimento industrial do País (1950-1954). Tal plano, entretanto, por falta do necessário aporte financeiro,

só durou um ano.

Posteriormente, a Comissão Mista Brasil-EUA para o desenvolvimento elaborou um planejamento para o período compreendido entre 1951-1953, formulando uma série de projetos de infra-estrutura, com seus respectivos programas de execução. O referido planejamento, porém, em virtude do grande volume de recursos envolvido, nunca chegou a ser formalmente aprovado, mas conduziu a uma série de resultados benéficos, como a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Mais tarde, a preocupação com o desenvolvimento levou o governo a elaborar para o período 1956-1961 um Programa de Metas, formulado pelo recém-criado Conselho Nacional de Desenvolvimento, com vistas à obtenção de elevadas taxas de crescimento, em período relativamente curto. Foram fixadas metas para execução em cinco anos, beneficiando trinta setores básicos da economia, tanto de infra-estrutura como diretamente produtivos. Assim, cinco grandes áreas foram cobertas: energia, transporte, alimentação, indústrias básicas e educação (especialmente formação de pessoal técnico).

Nova tentativa de planejamento foi feita, em fins de 1962, quando se formulou o Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-1965), com o propósito de deter a inflação desenfreada, resultante, principalmente, do Programa de Metas acima referido. Contudo, esse Plano, por não expressar a realidade da economia brasileira, teve sua aplicação sustada poucos meses depois de apresentado.

Em 1964, com a instalação do novo governo, foi formulado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), de curto prazo, com o objetivo de deter a inflação e estimular a produção, através de plano governamental de construção de residências populares.

Procurava, deste modo, o governo revolucionário superar a crise política, econômica e social que o Brasil atravessava nos albores da década de 60. O florescimento de um moderno setor industrial pusera em destaque o atraso da agricultura, da pecuária, da educação, da máquina administrativa do Estado, etc.

Por outro lado, a acentuação das desigualdades que o crescimento industrial havia causado, ou seja, a distribuição desigual dos benefícios do crescimento do ponto de vista regional, setorial e das classes de renda, estava produzindo crescentes pressões sociais para que fossem tomadas medidas adequadas. E, para eliminar tais desigualdades, os governos que se instalaram após 1964 procuraram adotar políticas expressas nos vários Planos de Desenvolvimento Econômico (PND), elaborados a partir de 1972, com ênfase na desconcentração industrial, procurando, através de incentivos, estimular a implantação de distritos industriais no Norte e no Nordeste, assim como desenvolver, prioritariamente, o setor agro-pecuário, não só com a ampliação das áreas de plantio, como também com o aumento da produtividade, através da modernização do setor. Tais políticas visavam à melhoria das condições de vida da população rural e, também, a sua fixação no campo, com o que o governo buscava evitar o êxodo rural — fator de tensão social nos centros urbanos.

Presentemente, as ações do governo deverão ser implementadas consoante um novo Plano Nacional de Desenvolvimento, a vigorar a partir do ano em curso. O Plano em lide contém as diretrizes gerais da política econômica, enfatizando o tratamento prioritário a ser dispensado às questões sociais e à retomada sustentada do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, como vimos, o combate a inflação é meta prioritária, sem o que os benefícios do propalado cresci-

mento econômico não se traduzirão na melhoria do padrão de vida da população e, conseqüentemente, no seu bem estar social, que deverá ser o objetivo maior de todo o esforço para se alcançar o verdadeiro desenvolvimento do País. Para tanto, tendo em vista os baixos níveis da poupança interna, o ingresso de capital estrangeiro, ainda, será de grande valia para se alcançar o propósito colimado.

O CAPITAL ESTRANGEIRO

O capital estrangeiro tem exercido um papel importante na economia brasileira, desde que o País se tornou politicamente independente.

No período que se seguiu à Independência, o capital estrangeiro — quase todo originário da Inglaterra — se concentrava, principalmente, nas finanças e no comércio. Embora a produção de bens de exportação, como o café e o açúcar, estivesse, predominantemente, nas mãos de brasileiros, o embarque, o financiamento das exportações e a importação de produtos manufaturados estavam nas mãos de estrangeiros.

Assim, é que, durante a segunda metade do século XIX, grande quantidade de capital estrangeiro entrou no País para a construção da sua infra-estrutura econômica — estradas de ferro, portos, serviços urbanos de utilidade pública, etc. — visando, basicamente, à integração mais eficiente do Brasil à rede do comércio internacional, como fornecedor de produtos primários.

Contudo, desde o início dos anos 50, quando o Brasil adotou a estratégia de desenvolver o setor industrial para substituição de importações, com vistas a promover o seu crescimento econômico, os investimentos estrangeiros se voltaram para aquele setor, com um declínio gradual de sua participação no setor de infra-estrutura.

O resultado, é que, com o surto industrial verificado nos últimos anos, os manufaturados passaram a representar 68% do total dos investimentos estrangeiros. Entretanto, os maiores investimentos estão nos setores químico e farmacêutico, de equipamentos de transporte e de máquinas, os quais experimentaram as mais altas taxas de crescimento dentro da economia brasileira.

Vale ressaltar, porém, que de 1955 a 1979 o Brasil apresentou um crescimento de 7,1% ao ano, na média ponderada desse longo ciclo de 25 anos, com o Produto Interno Bruto (PIB) deslocando-se do 49º para o 8º lugar, no quadro mundial. Tal índice, porém, foi obtido em razão do grande fluxo de capital estrangeiro, trazendo, em decorrência, para o País, a maior dívida externa do mundo, além das altas taxas de inflação, que estão a desafiar as autoridades da área econômica do governo para administrá-las, sem descuidar das ações mais imediatas que está a exigir o setor social, a fim de não agravar, mais ainda, os desequilíbrios regionais. (2:26)

CONCLUSÃO

O processo de desenvolvimento econômico do Brasil, com ênfase no seu crescimento industrial, elevou, nas últimas 3 (três) décadas (1950-1980) a renda "per capita", de 160 para 2.100 dólares. Porém, a sua distribuição permaneceu marcada mente desigual, com grande concentração nas classes mais favorecidas.

Paradoxalmente, o próprio caráter da intervenção do Estado no processo parece ter contribuído, em larga medida, para acentuar os desequilíbrios verificados, uma vez que a promoção do crescimento, através da intervenção direta, deu-se em detrimento da sua presença na área social.

Contudo, há grande expectativa quanto à superação das

dificuldades nos próximos anos, mormente se considerarmos que o Brasil está prestes a alcançar a auto-suficiência em petróleo, a aumentar as suas exportações, a expandir a sua capacidade de geração de energia e a implementar uma política agrícola, com vistas a evitar o êxodo rural, a par de estar experimentando taxas decrescentes de crescimento demográfico.

Para tanto, se faz necessário novas políticas industriais de financiamento, desenvolvimento regional e setorial e de regulação do papel do Estado e do capital estrangeiro, indispensáveis para compatibilizar o crescimento harmonioso entre os setores industrial e agro-pecuário, eliminando, deste modo, os desequilíbrios regionais.

BIBLIOGRAFIA

1. BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Trad. de Paulo de Almeida Rodrigues. 5. ed. aum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983
2. BETING, Joelmir. O quatrilhão, já. O Globo. Rio de Janeiro, 5 set. 1985. Seção de Economia, p.26
3. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. Diretrizes Gerais de Política Econômica (Notas para o I PND da Nova Republica). Brasília, maio 1985.
4. _____. Prioridades Sociais para 1985. Brasília, jun. 1985.
5. GUSMÃO, Roberto. A Política Industrial da Nova República. Rio de Janeiro, 1985. Conferência proferida na Escola de Guerra Naval, em 8 de agosto de 1985.
6. MARTONE, Celso Luiz. Coord. O Brasil Moderno. Por Dentro. Jornal do Brasil. Série especial, vol. I. Rio de Janeiro, s/d.



00007310000124

Industrializacao e desenvolvimento

1-A-67

1. BACH, Werner. Política da Indústria. 2 ed. São Paulo, 1962.

2. BETING, Joelma. O desenvolvimento da indústria. Rio de Janeiro, 1962. 2 ed. 1962. 200 p.

3. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. Diário Oficial da República (Notas para o I PND da Nova República). Brasília, maio 1962.

4. Prioridades Sociais para 1962. Brasília, Jun. 1962.

5. CUSMÃO, Roberto. A Política Industrial da Nova República. Rio de Janeiro, 1962. Conferência proferida na Escola de Guerra Naval, em 8 de agosto de 1962.

6. SANTONI, Celso Luis. Coord. O Brasil Moderno. Por Dentro. Jornal de Brasil. Série especial, vol. I. Rio de Janeiro, 1962.

Santos, Wilson dos

Industrialização e desenvolvimento

1-A-67

(124/86)

7 AGO 87

Wilson dos Santos
ENGCUSTODDO

22 MAR 89

Wilson dos Santos
CHG

ONERDES

10 NOV 80

Wilson dos Santos
Leitura